



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado, realizada em 10 de novembro de 2011, na cidade de Guarujá/SP.

Realizou-se, no dia 10 de novembro de 2011, às 17 horas, no Hotel Delphin, Avenida Miguem Stéfano, nº. 1295, Praia da Enseada, Guarujá/SP, a audiência pública sobre o Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista, de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Processo SMA Nº. 7094/2000). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas a todos, de modo especial a Bechara Abdala Pestana Neves, Secretário de Planejamento de Santos; Cláudia Santos, Coordenadora do Projeto Orla, do Ministério do Meio Ambiente; Edmilson Cardoso, Presidente do Conselho Municipal da Juventude do Guarujá; a Tenente Tatiana e o Coronel Nomura, do policiamento ambiental de São Paulo; Patrícia Trindade do Val, Coordenadora da Comissão de Meio Ambiente da OAB de Santos; Adrovaldo Vasconcelos, Diretor do Departamento de Comércio e Indústria da Prefeitura de Peruíbe; Frederico Antônio da Graça, Presidente da OAB do Guarujá, Joaquim Ricardo, Secretário do governo do Guarujá, enfim, a todos os outros representantes de órgãos públicos e de entidades civis, ONGs, ambientalistas e todos que vieram participar da audiência pública sobre a proposta de Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista. Esclareceu que possuía a função regulamentar de presidir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos de licenciamento no sistema de meio ambiente, projetos de zoneamento etc. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do objetivo do projeto ou proposta e, em seguida, uma exposição detalhada do projeto elaborado. Explicou que, imediatamente após, no segundo momento da audiência pública, a palavra é passada aos senhores do plenário, conforme uma ordem de inscrição estabelecida pelo próprio CONSEMA. Em primeiro lugar pronuncia-se o Ministério Público, com direito de até cinco minutos para cada representante. Na sequência, falam os representantes de entidades civis, com até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representem nem órgãos públicos nem entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos das esferas federal, estadual e municipal, em até cinco minutos de fala; subsequentemente, falam os representantes do CONSEMA e dos CONDEMAS que se inscreveram, com direito também a cinco minutos cada um. Em seguida, acrescentou, a palavra é passada aos representantes do Poder Executivo e Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. No terceiro e último momento da audiência, explicou, ocorrem as réplicas de respostas e comentários, etapa na qual o coordenador do trabalho, assim como a pessoa que fez a apresentação mais detalhada da proposta, tem até 15 minutos cada para responder o que lhes tenham sido perguntado ou comentar o que entender pertinente. Por fim, aos conselheiros do CONSEMA são concedidos até 10 minutos para pronunciamento. Para composição da mesa, chamou a representante da área responsável pela proposta em discussão, a coordenadora da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Nerea Massini, e dois conselheiros do CONSEMA, São Severino, representante da OAB e Antônio César Simão, representante da Associação Paulista de Municípios. Passou-se à etapa em que se manifestam os responsáveis pela elaboração da proposta de Zoneamento Ecológico Econômico, com apresentação da síntese de como o trabalho está configurado. Nerea Massini contextualizou o trabalho elaborado pelo Grupo Setorial de Coordenação da Baixada Santista e explanou sobre os instrumentos normativos que serviram de base para construção do proposta, como a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Situou os setores costeiros do estado e detalhou os instrumentos do Plano Estadual, com ênfase ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que trata de normas disciplinadoras para ocupação do solo e uso dos recursos naturais. Ressaltou a forma integrada e participativa do processo de elaboração da proposta de ZEE e citou o decreto estadual nº 47.303/2002, que institui e disciplina a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação Estadual e dos Grupos Setoriais de Coordenação, assim como a Resolução SMA nº126/2010, que designou um grupo de trabalho para o biênio 2010/2012. Apresentou uma tabela com todas as 27 representações instituídas pela referida Resolução, que compreende nove representações do segmento do estado, nove dos municípios e nove da sociedade civil. Na sequência, Luiz Roberto Camargo Numa de Oliveira, secretário executivo do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro da Baixada Santista se pronunciou a respeito da proposta de ZEE. Luiz Roberto saudou os colegas do Grupo Setorial de Coordenação e agradeceu pelo companheirismo do Coordenador Celso Garagnani e pelo comprometimento de todos durante o período de elaboração do trabalho nas 14 reuniões de plenária, 03 reuniões de Comissão Especial e quase 80 horas de encontros. Iniciou a apresentação pela caracterização da região metropolitana da Baixada Santista com dados sobre densidade populacional, nível educacional, oferta de emprego, grau de preservação da biodiversidade, etc. Expôs gráficos que demonstram projeções de investimentos na região, assim como os cenários previstos levando-se em consideração dois grandes vetores de desenvolvimento representados pela expansão do Porto de Santos e pela exploração dos novos poços do Pré-Sal. Citou dados da Avaliação Ambiental Estratégica do Porto, Indústria Naval e Offshore (PINO), elaborado por um conjunto de Secretarias de Estado e coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, cujo resultado foi objeto de deliberação no CONSEMA no início de 2011. Informou que o Grupo Setorial procurou trabalhar de forma a desenvolver um ZEE que servisse de ferramenta para o desenvolvimento da região, sem que esse pudesse prejudicar a biodiversidade, a paisagem, os serviços ambientais e a qualidade de vida da Baixada Santista. Retomou o processo de gerenciamento costeiro da região e apresentou uma linha do tempo a partir de 2009, ano em quem a proposta de ZEE apresentada ao CONSEMA não foi aprovada integralmente e destaques foram



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

feitos para serem analisados por uma comissão especial. Explicou que, naquele mesmo ano, o Secretário de Meio Ambiente entendeu ser mais prudente a reanálise do trabalho pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental, em função dos novos cenários que estavam se desenhando na região, e uma mensagem com sua decisão foi passada aos conselheiros. Lembrou que a CPLA retomou a condução do processo e, fazendo isso, trouxe-o de volta à condução do Grupo Setorial. Explanou sobre a proposta de ZEE que abrange dois documentos, sendo o primeiro a minuta de decreto e o segundo, um mapa. Esclareceu a divisão dos artigos no decreto e todas as tipologias de zona, da mais restritiva a mais permissiva, de modo a ilustrar suas características, diretrizes, usos e atividades permitidas, além das respectivas metas nas zonas terrestres e marinhas. Por fim, enfatizou que o ZEE é um instrumento de organização do uso econômico do território, o qual não poderia ser confundido com um documento de permissão do uso do solo, tendo em vista a existência de outras normas que abordam o tema. Reiterou que o ZEE não anula e não ignora nenhuma legislação existente. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Jan Rieswick, representante da Associação Comercial e Empresarial de Peruíbe, depois de se anunciar como porta-voz de três entidades de sua cidade, quais sejam, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Peruíbe, Associação dos Corretores de Imóveis de Peruíbe e Associação Comercial e Empresarial de Peruíbe, declarou que endossava todas as reivindicações visando à ampliação e à expansão das ZR propostas pelos vizinhos e amigos do Município de Itanhaém. Além de solicitar a ampliação da Z5 localizada à margem direita da SP-55, reivindicava que ela se direcionasse para a Serra do Mar, 6 km em direção ao Parque Estadual da Serra do Mar, margeando a Z1 do lado direito de Itanhaém e traçando uma linha reta paralela à SP-55, na divisa com o Município de Itariri, ao Sul, e fechando a 4 km da SP 55. Solicitou também, encarecidamente, que essa área fosse classificada como Z4, até o entorno do Parque Estadual da Serra do Mar. Justificou essas reivindicações com o argumento de que Peruíbe era o menor Município dos nove que formam a RMBS. Chamou atenção para a necessidade de se estender ao fundo, no sentido da Serra do Mar, os 9 mil e 450 m do litoral, para que sua ocupação se de forma ordenada. Solicitou também a legalização de todos os loteamentos já existentes ao longo da Estrada Armando Cunha, construída pela SUDELTA, visando o desenvolvimento dessa região, atendendo-se, assim, as exigências estabelecidas pelo Decreto 56.074, de 10 de agosto de 2010, informou que essa proposta, subscrita pelas três entidades suprarreferidas, será entregue dentro do prazo estabelecido para que seja apreciada pelo Grupo Setorial da Baixada Santista para as devidas considerações. Concluiu afirmando que a finalidade última dessas reivindicações é inserir o Município de Peruíbe no processo de desenvolvimento do pré-sal, e não permanecer uma ilha alheia a esse processo que ocorre em um momento é histórico decisivo para o futuro de sua cidade, do Estado de São Paulo e do Brasil. Wbiratan Ribeiro Maia, representante da Sociedade de Melhoramentos do Jardim Nova República, declarou ser favorável ao trabalho maravilhoso realizado pelo Grupo Setorial da Baixada Santista, por ter considerado a legislação ambiental pertinente, os planos diretores dos nove municípios e outros importantes diplomas legais. Como referido, declarou, essa proposta de zoneamento costeiro em níveis federal, estadual e municipal vem sendo discutida ao longo de quinze anos, e há mais de dez só na Baixada Santista. Sugeriu, ao final, que ela fosse revista daqui a dez anos, porque até lá muita coisa poderia acontecer como resultado da exploração do pré-sal. José Silva Santos Júnior, representante da ADDUSP de Cubatão e da Baixada Santista, declarou que falava em nome da Associação de Defesa da Cidadania e de Direitos Usuais de Serviços Públicos, e que reconhecia na proposta do grupo gestor um instrumento que, com certeza, norteará as ações das autoridades municipais, instrumento este que até o presente não existia. Acrescentou que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

essa proposta não levava em consideração a expansão urbana nos próximos dez anos, que não será somente um fato em si, pois, com certeza, criará demandas para os bens e serviços públicos, que, por sua vez, demandará a necessidade de espaços. Observou que, até então, o que se via eram indefinições e falta de critérios, engessando as ações das prefeituras, apesar da observância de seus planos de uso e ocupação do solo. Mas observou, isso não bastava, pois se enfrentavam dificuldades quando se tentava desenvolver ações para a construção de moradias e outros bens públicos. Observou ainda que, com a expansão populacional que ocorrerá nos próximos dez anos, haverá necessidade também de infraestrutura, como escolas, hospitais, estradas, vias de acesso, e todos esses equipamentos demandam espaço físico, mas que, com a observância dessa proposta, terá lugar um ordenamento melhor com respeito ao meio ambiente e à sua particularidade na Baixada Santista. Observou que, por todas essas razões, ele e a sociedade que representava eram favoráveis à proposta tal como apresentada e colocada à disposição para consulta. Edson dos Santos Cláudio, representante da Colônia de Pescadores do Guarujá e da Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo, inicialmente elogiou a explanação e declarou que, como vivia do lado do mar, na pesca, estava sempre atento e participando, como fazia há três anos, da APA, onde se debatia e onde se observava cada projeto e normativa que o Governo adotava, muitas das quais eram encaradas com bravura, na defesa dos pescadores daquela área de proteção ambiental. Declarou que tinha muito respeito pelo Instituto de Pesca, cujos dirigentes há muitos e muitos anos davam vida à pesca. Declarou ser solidário a todos que elaboraram essa proposta e a todos que faziam parte da frente parlamentar da pesca comandada pelo deputado Edson Ferrarini. Adesimar de Lima Santos, representante da entidade Cubatão de Bem com o Mangue, declarou que, por conhecer o que foi apresentado, era favorável ao projeto, pois acreditava que um grupo de pessoas que ficavam oitenta horas elaborando um projeto em favor da necessidade da comunidade com certeza teria o máximo de carinho e cuidado para com o meio ambiente. Carlos Bocuhy, ex-conselheiro no CONSEMA e atual conselheiro do CONAMA e Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental e do Irapiranga de Bertiooga e cujo tempo de pronunciamento corresponderá à soma daquele dedicado a duas entidades juntas. Carlos Bocuhy inicialmente comentou que considerou interessante ouvir o pescador dizer que temos que pôr a mão na consciência, pois é preciso que se comece essa discussão a respeito do zoneamento pensando um pouquinho no Planeta, no momento histórico que ele vivencia, porque não se vive em um pedaço isolado do Planeta, mas, sim, num contexto bem maior. Por isso, acrescentou, essa abordagem deveria ter numa visão de antropoceno, e não holoceno, ou seja, de um período da história do Planeta onde a capacidade de alteração feita nele pelo homem era significativa, a ponto de admitir que atualmente a capacidade humana transforma o próprio Planeta, ou seja, transforma seus processos naturais e geológicos. Observou que, em compasso com a percepção de que o Planeta passava por um momento cuja intensidade das atividades humanas chegava a promover nele uma alteração global, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA trabalhava na perspectiva de um novo enfoque para a economia, que é a economia verde, que obedece a novos paradigmas, valores e critério na avaliação de impacto ambiental, como, por exemplo, enfatizou, valorando-se aquilo que não tem preço, mas tem valor, e conferindo preço ao que não tem valor. Citou como exemplo uma comunidade de pescadores que dependia da pesca, que cultivava laços culturais com a paisagem, com a biodiversidade, traços culturais estes aos não se conseguia dimensionar o valor, embora ele fosse imenso aos olhos da sustentabilidade. Enfatizou que essas questões têm ganhando corpo atualmente em termos de adoção de uma metodologia que permita que o processo de avaliação de impacto ambiental se dê de acordo com a nossa necessidade do momento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

histórico do Planeta e, também, do momento civilizatório que se atravessava Declarou que protocolaria um documento encaminhado pelo PROAM, que fazia uma análise com base nesse enfoque, porque reconhecia que a abordagem feita não levava em conta a grande riqueza das áreas de preservação permanente, a biodiversidade e os lanços culturais. Enfatizou que o material produzido deveria ter sido devidamente mapeado para que realmente tivesse efetivo valor no processo de tomada de decisão desse zoneamento ecológico-econômico. Este conselheiro passou a ler trechos do documentos que foi elaborado e encaminhado pelo PROAM, os quais passam a ser transcritos: “Visando salvaguardar os princípios constitucionais de defesa do meio ambiente e da sadia qualidade de vida expresso no capítulo de meio ambiente da constituição federal, o PROAM – Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, com assento junto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, vem trazer ao Departamento de Avaliação de Impactos da CETESB as seguintes contribuições iniciais frente à proposta de zoneamento ecológico-econômico da Baixada Santista submetido a processo de discussão pública pelo CONSEMA. Primeiro: em toda a região da Baixada Santista havia grande ocorrência de áreas de preservação permanente (Lei 4771/65, Resolução CONAMA 303/2002, Resolução CONAMA 302/2002) e de áreas de mata atlântica, incluindo a vegetação de restinga e manguezais. Segundo: os manguezais e as restingas estão muito ameaçadas nessa região, o que torna necessário esclarecer o quanto será preservado desses ambientes e onde ocorre debilitação espacial, e tal verificação será garantida, na prática, pelos mapeamentos e, no mínimo, por meio de identificação dessas áreas, não sendo razoável permitir, em hipótese alguma, sua supressão e degradação na região. Este princípio no que concerne aos manguezais encontra-se expresso na “Carta de Santos, em Defesa dos Manguezais”, elaborado e publicado pela Prefeitura do Município de Santos. Todas essas situações e ocorrências deveriam estar claramente mapeadas pelo mapa do zoneamento. Quarto: a proposta está consolidando padrões de ocupação existentes, assim como consolidando instrumentos municipais, como planos diretores elaborados sem compromisso com a sustentabilidade ambiental, e isso inclui a expansão da atividade portuária, que é reconhecida por lei, como de alto potencial poluidor e sua instalação leva a vários impactos ambientais negativos. Quinto: a Região da Baixada Santista não tem uma política de sustentabilidade com objetivos e estratégias pré-estabelecidos, visando à compatibilização do desenvolvimento econômico com o equilíbrio ecológico em nível regional; não foi implementada política integrada e inter-setorialmente definida na proposta ora apresentada. Sexto: a proposta também não esclarece qual a capacidade de suporte da região estuarina, quais as perspectivas de sustentabilidade ambiental diante do conjunto das previsões e/ou projetos ligados às atividades portuárias e industriais e aos processos de ocupação humana, considerando os diferentes Municípios da Baixada Santista – situação esta que se pode considerar por outro nome, qual seja, limite das alterações aceitáveis dos ecossistemas. Esta proposta foi colocada para apreciação do Conselho Estadual do Meio Ambiente, ainda na década de 90, para que toda e qualquer alteração pretendida na Baixada Santista levasse em consideração a plataforma ambiental geológica, ou seja, contribuísse para uma situação de sustentabilidade. Sétimo: a proposta também não esclarece o que resta e qual é o destino dos remanescentes dos ecossistemas de manguezais da Baixada Santista, não considera ou avalia os prejuízos da degradação dos mananciais estuarinos para a produtividade pesqueira, como também não esclarece o que resta e qual será o destino dos remanescentes da vegetação de restinga nessa região. Oitavo: a proposta não dimensiona nem avalia o impacto global das dragagens e das disposições de materiais dragados nos ambientes estuarino e marinho, embora a Convenção de Londres estabeleça que o lançamento de dragagem no mar só é utilizada em último caso, o que ocorre costumeiramente na Baixada Santista, na medida em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que não se avalia como o crescimento econômico, principalmente o portuário, é compatível com a preservação ambiental, a pesca artesanal e as atividades turísticas, entre outras. Décimo: a proposta também não discute nem considera as populações urbanas que interagem e consomem, para fins alimentares, recursos naturais, entre outros, peixes, moluscos e crustáceos etc. em áreas expostas à poluição e à contaminação ambiental, nem tampouco os riscos que essas populações correm em relação a sua saúde e ao seu futuro. Pergunta-se que futuro está garantido para a pesca artesanal, para a cultura local e para as comunidades racionais com os flagrantes projetos de expansão portuária. A proposta também não esclarece como serão controlados os processos em curso na região de ocupação humana e de construção de favelas. Esse documento atesta ainda ter sido feita uma representação à Corte dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos referente ao Trecho Norte do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, com ampla cobertura da Convenção de São Salvador da qual o Brasil é signatário. Explicita que essa convenção tem claramente colocada a questão dos interesses difusos dos direitos humanos, e que, portanto, quando se fala atualmente da questão ambiental, fala-se em comunidades internacionais, em populações desfavorecidas e, no entanto, protegidas, sem dúvida, por convenções que o Brasil assinou. Décimo primeiro: a proposta: não avalia nem discute a necessidade de um sistema de monitoramento global da poluição e da contaminação ambiental nos ecossistemas da região estuarina da Baixada Santista nem avalia se o que existe é eficiente. Por último, o documento afirma que a proposta consiste em um retrato estático da região, com mapeamentos que consolidam a situação atual sem avaliar nem discuti-la e tampouco orientá-la para metas de sustentabilidade ambientais consistentes e detalhadas. Enfatiza que se faz necessário, pois, definir claramente as responsabilidades no que se refere às metas a serem atingidas e ao ônus, no caso de seu não cumprimento, além da identificação prévia de indicadores de eficácia. Por último, propõe que a implementação proposta deve ser submetida à avaliação continuada”. Carlos Bocuhy declarou serem essas as considerações iniciais e ressaltou a importância do corpo técnico que fez esse trabalho e que se debruçou durante muito tempo sobre essas questões, mas alertou para a insuficiência das conclusões, principalmente por não se basear em dados que permitam uma avaliação na perspectiva da sustentabilidade ambiental. José Antônio Barbosa, representante da Associação dos Desempregados de Cubatão, deu parabéns à equipe responsável pela elaboração da proposta e declarou que a associação que representa defende os desempregados da cidade de Cubatão, e que ficou muito chocada com o que acontece naquela cidade, apesar de muito rica, pois o orçamento deste ano é da ordem de 1 bilhão e 800 milhões de reais, mais 40 milhões oriundos das emendas, e que, apesar dessa riqueza, sua população sofre de todo o tipo de carência, e isso porque seus governantes lhe viraram as costas. É esse o teor de sua manifestação. Arlindo Manuel Monteiro, representante da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, declarou que a Companhia Docas do Estado de São Paulo, autoridade portuária que administrava o Porto de Santos há oito anos, participava dos trabalhos e discussões do Grupo Setorial da Baixada Santista, por ser esta a orientação oferecida pelo Governo Federal, desde o Governo Lula, e que é mantida pelo Governo Dilma Rousseff. Declarou que a CODESP se inseriu nesse trabalho, em suas discussões e o fez por meio das prefeituras dos Municípios nos quais o porto encontra-se instalado, Santos e Guarujá. Ponderou que a proposta e as análises econômicas que já se anunciavam há oito anos constituem uma modernidade para todos os presentes. Observou que o Zoneamento Ecológico-Econômico é necessário, porque funcionará como diretriz para os futuros projetos de desenvolvimento do porto. Argumentou que os dados numéricos contidos na proposta foram comprovados pelos diversos estudos apresentados à sociedade, aos órgãos municipais e ao Governo do Estado de São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Maria José Marques Santana Espíndola, representante da Sociedade de Melhoramentos da Vila São José de Cubatão, declarou que, com o Zoneamento Ecológico-Econômico se poderia crescer sem danificar o meio ambiente, e que, por isso, era favorável à proposta elaborada e apresentada pelo Grupo Setorial da Baixada Santista. Rosália Coutinho Souto, representante da Associação Ecológica do Litoral Paulista de Cubatão, declarou seu total apoio ao trabalho realizado pelo Grupo Setorial da Baixada Santista, por entender que se trata de uma proposta boa e que facilita o desenvolvimento da região, sem agredir o meio ambiente. Maria Lucilia Pinheiro, representante da Sociedade de Melhoramentos Costa Muniz, declarou ser favorável à proposta apresentada pelo Grupo de Gestão da Baixada Santista. Catharina Apolinário, representante do Instituto Maramar da Baixada Santista, informou que esse instituto tinha respeito e consideração pelo trabalho que deu origem à proposta do zoneamento marinho e que foi elaborado pelos técnicos dessa instituição, em estreita parceria com os pescadores do Bairro do Rio do Meio do Guarujá. Ponderou que a construção de zonas de pesca não era inédita nem tampouco exclusiva dessa região do litoral brasileiro, e que, no entanto, o esforço para respeitar e ouvir os usuários do mar, demonstrar aos pescadores que eles podiam e deviam propor suas próprias regras de uso visando à manutenção das suas atividades tem sido a tônica desse trabalho. Lembrou ser histórico o momento em que se iniciou o trabalho com os pescadores da Sociedade de Amigos do Perequê, que permitiu avaliar e considerar os aprendizados que o mundo inteiro tem constatado por meio de trabalhos feitos com os pescadores. Lembrou que as regras criadas pelos próprios usuários dos recursos naturais mereceram, inclusive, o Prêmio Nobel de Economia de 2009, que provou à comunidade internacional o que parecia óbvio, ou seja, que vale mais à pena, custa menos e deixa as pessoas mais unidas e satisfeitas possibilitar que elas criem as próprias regras de uso e de exploração de espaços comuns, como ocorre no caso do mar para os pescadores, ainda mais quando a proposta ajuda também a conservar a biodiversidade marinha, tão importante para as gerações presentes e futuras. Lembrou que o trabalho elaborado pelos produtores rurais de Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe que conseguiu garantir o Z3, unindo produção e conservação das florestas, contou com o apoio e a facilitação do instituto. Este mesmo trabalho, acrescentou, tem sido feito com os pescadores, pois a política pública se faz com a participação de quem vive, sobrevive e depende da produção da terra e do mar. Adiantou que, por fim, diferentemente das áreas urbanas das cidades, o mar, os rios, as áreas naturais e rurais necessitam, e muito, do conhecimento de quem vive dessas regiões, uma vez que aquele que é gerado e construído por esses profissionais difere do conhecimento científico, mas o complementa. Declarou, ao final, o apoio incondicional às propostas de criação da zona marinha que foram apresentadas. Depois que Catharina Apolinário concluiu sua apresentação, uma pessoa da platéia anunciou que se chamava Oscar, que era corretor do mar e que estava vendendo lotes, e que começou a exercer essa atividade quando percebeu que o mar estava muito largado, muito bagunçado, que os pescadores pescavam onde queriam e jogavam o lixo onde queriam. Então, acrescentou, verificando essa realidade, resolveu lotear o mar. Concluiu sua manifestação informando que, se alguém estiver interessado, poderia pegar seus cartões. Informou, em seguida, que se chamava Osvaldo Junior, que era ator e que a apresentação feita é parte de um trabalho que seu grupo realiza com o Instituto Maramar há dois ou três anos na Ilha do Guarujá. Luiz José, representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas por Hanseníase, declarou que, na elaboração da proposta, todos obedeceram a Lei do Crime Ambiental, o Código Florestal e todas as regras ambientais. Chamou atenção para a necessidade de se resolver o destino final do lixo, principalmente em virtude da perspectiva de que, em 2020, a população do Planeta terá duplicado, o que concorrerá para que haja um aumento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

significativo da produção do lixo humano, orgânico e industrial. Informou que morava na área continental de São Vicente cuja população tinha conhecimento da contaminação causada pela Rhodia na Baixada Santista, existindo ainda à espera de destinação final aproximadamente 35 mil toneladas de lixo. Por este motivo, acrescentou, se preocupava com a destinação final do lixo que será produzido com a expansão imobiliária e industrial que ora acontecia. Acrescentou que, como todos sabiam, o decreto que será aprovado não infringirá nem a Lei de Crime Ambiental nem o Código Florestal nem tampouco as novas resoluções do CONAMA. Expôs que qualquer infração à legislação tem de ser denunciada, que cada Município deve elaborar seu plano diretor, em cujo processo devem ser realizadas audiências para se ouvir a população. Enfatizou também que o movimento que representava continuava mobilizando e conscientizando a população, e que esperava que as novas gerações substituam as pessoas que há muito tempo estão à frente desse movimento. Sidnei Bibiano Silva dos Santos, representante da Associação dos Pescadores, integrante da Agenda 21 e membro do COMDEMA de Cubatão, declarou que comparecera à audiência para tratar de questão relacionada com o Rabo do Dragão, inclusive oferecer informações sobre a infraestrutura aí existente, como, por exemplo, iluminação pública, telefone, caixa postal comunitária, transportes, correios, igrejas evangélicas e católicas, a Rodovia Aerovaldo Almeida Viana – também chamada de Estrada Guarujá-Bertioga, que, construída na década de 50 para 60, ligava Bertioga à travessia –, coleta de lixo urbano e sua reciclagem na região, áreas rurais ainda vinculadas ao INCRA, comunidades tradicionais caiçaras, condomínios, marinas, igrejas, comércio, serviço eleitoral, ponto de reparo de lanchas, ponto de fabricação e reparo de barcos de alumínio para prática da pesca artesanal e de esporte e recreio, estaleiro para reparo de traineiras, chatas de madeira – trabalho este ainda realizado de forma artesanal –, ranchos para guarda de chatas de madeira e de alumínio e seus apetrechos, pesqueiros ao longo da Estrada Guarujá-Bertioga para prática da pesca artesanal, esportiva e de lazer, comércios locais como mercearias e material de construção, bares, restaurantes, náuticas para prática da pesca artesanal e esportiva, posto de saúde, heliporto, postos de gasolina, restaurantes, entre outros equipamentos. Josias Cipriano da Silva, representante da Sociedade de Moradores Amigos da Cachoeira-Guarujá, declarou que as comunidades tradicionais têm seus direitos garantidos pela Constituição Federal, entre outros, direito à moradia e à posse da terra, e que a União, o Estado e o Município têm o dever de defender, em nome dessas comunidades tradicionais, a observância desses direitos, por meio da criação e da implementação de políticas públicas que as favoreçam e as protejam contra a especulação imobiliária que atinge todos os campos do Brasil, como bem evidencia o avanço do poder econômico sobre as terras indígenas existentes na Amazônia, no Guarujá e em todo Litoral paulista, das quais as comunidades tradicionais foram, são e sempre serão ameaçadas de serem expulsas. Comentou também que o Poder Público sempre apoiou e sempre apoiará o crescimento econômico, não se importando com os problemas das comunidades tradicionais, que são marginalizadas, chamadas de invasores por não terem escritura nem títulos que justifiquem sua posse, embora elas não os tenham por não disporem de recursos econômicos para tanto. Observou que a ampliação do porto e a implantação de empreendimentos imobiliários na Baixada Santista são importantes para o país, para a região, para o Estado e para o Município, mas o Poder Público tem de olhar para essas pessoas que vivem da pesca, tem de corroborar a implementação de políticas públicas que solucionem as questões mais graves, entre outros a regularização fundiária e a garantia e a manutenção dos recursos existentes nessas áreas e que são necessários para a sobrevivência dessas comunidades. Enfatizou que o Poder Público não deve limitar-se à implementação de políticas que visam apenas à remoção dessas comunidades de suas moradias para outras construídas pelo Governo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Pontuou que devem ser feitos estudos com essas comunidades, levantamento das suas origens, de seus hábitos e de sua cultura, para que não se cometam injustiças. Defendeu também a proposta de se permitir o uso do solo apenas para empreendimentos de grande e médio impactos, para que o meio ambiente se conserve equilibrado. Pontuou que as comunidades não são o grande vilão do meio ambiente, e que, se eles moram em condições subnormais, não é toda a população que assim vive e, mais ainda, isso ocorre pela inexistência de um olhar sobre as reais condições dessas pessoas, que, apesar de trabalharem muito, continuam pobres pela falta de apoio do Poder Público e das grandes empresas, que não investem em sua qualificação profissional, de modo a se tornarem aptas a trabalhar em outras cidades ou outros Estados. Enfatizou que os maiores danos ambientais são causados pelos grandes empreendimentos existentes nos Municípios da Baixada Santista, e não pela população pobre. Argumentou que era isso que deveria ser discutido. Newton Rafael Gonçalves, vinculado à UNIPESC–União de Pescadores do Sítio Conceiçãozinha – Guarujá, fez a leitura de documento encaminhado por essa entidade, e que passa a ser transcrito em sua íntegra: “Essa associação, legalmente representada, vem, através deste ato, solicitar urgentes providências no sentido de interromper ou interferir nos embargos consensuais de licenciamento para a construção vergonhosa, talvez não para muitos, mas, sim, para a mãe Natureza, dos empreendimentos portuários navais e *offshore* no Canal do Estuário Marítimo de Santos e Guarujá, a serem construídos em cima da Ilha dos Bagres. Acrescentou que, enquanto se constrói, enquanto no mundo se luta contra a corrupção e a preservação de todos ecossistemas desse país, como a fauna, a floresta, canais, encostas e manguezais, que são as cadeias berçários de todo o sistema oceânico da costa marítima – e isso em qualquer parte do mundo –, aqui no Brasil ainda se licenciava e se construa, como bem ilustram os complexos da EMBRAPORT. A questão é que no Brasil ainda se tenta construir complexos desse porte, destruidores da Natureza. Portanto, enfatizou que primeiro é preciso que se façam novos estudos sobre o impacto ambiental que esse poderoso Complexo Portuário Naval Bagre, a ser construído na Ilha dos Bagres, causará nas correntes marítimas naturais do Estuário das Gamborras, em suas praias e encostas, ou seja, em todo manguezal do ecossistema, no qual, como mostram esses estudos, existem e se alimentam guarás vermelhos, guarás brancos, guarás soco, saracura, garça, gavião pescador, martin-pescador, biguás, gaivota etc.. É preciso que se realizem novos estudos sobre as milenares espécies e o criatório existentes nesse local de espécies – como, por exemplo, de camarões brancos, mariscos, ostras, mexilhões, conchas, sacuritais, siri, caranguejo-guaiamus, chama maré, fogo, maria mulata, guaibas de unhas tortas, entre outras espécies – que ali se alimentam da fauna marítima, costeira e terrestre. É preciso que se façam novos estudos sobre o impacto que esse complexo poderá ou causará sobre as espécies oceânicas que ali desovam, se criam e se alimentam, como as miraguaias, mérios (em extinção), garoupas, betaras, corvinas, robalo, sororoca, linguado, zambores, bagres etc. É preciso que se façam novos estudos sobre impacto que este mega complexo portuário poderá causar sobre as correntes marinhas, uma vez que será construído em área bem próxima delas”. Finda a leitura denunciou o afundamento ou escorregamento de massa de aterro sobre um local que antes era ambiente de manguezais, nas proximidades da Ilha dos Pescadores e da Ilha de Ana. Lenival Batista Farias, representante da Pastoral da Unisantos, perguntou inicialmente sobre a fatia do bolo da riqueza a que as comunidades tradicionais locais teriam direito, e que, declarou, com certeza, melhorará o atual índice de Desenvolvimento Humano–DH do país. Declarou igualmente que todo o dia via toneladas de contêineres, bilhões e bilhões de dólares, passando diante de seus olhos, e sempre que via essa cena se perguntava o quanto dessa riqueza seria distribuída pela população do Guarujá, ou seja, qual o percentual que lhe caberia na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

distribuição dos *royalties*, distribuição esta que leva a população dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo a digladiarem entre si, promovendo campanhas e mais campanhas para ver quem ficará com a fatia maior dos *royalties*. Enfatizou que essa distribuição precisa ser discutida também no Guarujá. Pontuou que o Zoneamento Ecológico-Econômico tem de ser previsto pelos planos diretores de todos os Municípios da Baixada Santista e chamou atenção tanto para o fato de a população de rua ter aumentado no Guarujá como para os reflexos que as obras de dragagem e de aprofundamento do canal causaram, principalmente, nas comunidades tradicionais. Condesmar Fernandes de Oliveira, representante da Rede Caiçara Eco-Socialista, declarou já ter sido membro do CONSEMA, como representante do movimento ambientalistas e da Rede Caiçara, Eco-Socialista da Baixada Santista. Declarou que sentia muito prazer em praticar essa democracia que o Governo do Estado tem criado, ou seja, sente prazer em exercitar a democracia, diferentemente de quando participou da audiência promovida e coordenada pelo IBAMA, cujo engessamento torna a que ora ocorre muito importante, pois, em relação àquela, esta constitui um grande avanço, o que, aos seus olhos, era extremamente importante. Declarou que juntamente com alguns técnicos da Secretaria, entre os quais Martinus Fillet que está presente nessa audiência, era autor da legislação chamada de Gerenciamento Costeiro, e que, juntamente com esses técnicos, esteve na Assembléia Legislativa negociando a aprovação desse projeto que veio a se tornar lei. Pontuou que a parte ecológica desse zoneamento não estava sendo respeitada, assim como lhe faltava um termo muito importante, que era a palavra social. Contestou a afirmação do representante da CODESP, segundo a qual com a nova descoberta de gás e petróleo está sendo criada riqueza para toda a sociedade, para a população mais pobre, porque seriam gerados emprego e renda. Pontuou que o processo socioeconômico que se implantou no Litoral paulista atualmente promove, sim, a expulsão das populações mais pobres das áreas de onde vivem, e o instrumento utilizado para essa expulsão são os preços dos aluguéis e dos condomínios nas cidades da região. Argumentou que, pela impossibilidade de pagar esse preço, as populações mais pobres cada vez mais se distanciam, transferindo-se para as áreas de manguezais e lá permanecem espremidas pelos mangues, espremidas pelos morros e pela Serra do Mar. Declarou que esta era a realidade que se vivia, e esta situação não seria resolvida pelo zoneamento, porque, quando foram levantadas essas questões de ordem social e muito importantes para as áreas de habitação popular e social, o representante do CIESP e, conseqüentemente, das indústrias de Cubatão, não quis que elas fossem contempladas nem pelo Gerenciamento Costeiro nem pela proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico que ora se discute. Pontuou que, igualmente como este, agiram os representantes do SECOVI, da Riviera de São Lourenço e outros empresários e setores empresariais que jamais se preocuparam com a habitação popular na região, nunca se preocuparam com os setores mais pobres, entre os quais os pescadores que aqui estavam.. Pontuou que este último segmento sofria muito com a contaminação do Estuário de Santos e do Canal de Bertioga, e que também o peixe que vai para mesa da população do Guarujá estava bastante contaminado, e que, caso esse fenômeno ocorresse em outro país, boa parte desse peixe estaria indisponível para o consumo humano. Reiterou que a contaminação do estuário está cada vez maior, com a aprovação de novos empreendimentos, entre os quais o Complexo Bagre, que deveria ser destinado à preservação e à proteção ambiental. Pontuou que 98% da restinga da região foi desmatada, acabou, e que ainda se pretende vender mais lotes nessas áreas, ou seja, proceder como o corretor do mar que aqui se apresentou, e se vender braços do mar, lotes do mar, lotes da floresta, lotes do manguezal, enfim, ocupar todas essas áreas. Reiterou que a proposta de zoneamento não está contemplando esse problema. Acrescentou que, por todas essas razões, considerava esses fatos uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

grande ameaça, um grande perigo, e entendia que a OAB, por exemplo, deveria questionar a legalidade das zonas que estavam sendo implantadas, pois entendia que não esse ato não possuía suporte legal, dado que desrespeitava às legislações federal e estadual. Lembrou que era igualmente importante outra questão levantada e esta dizia respeito às comunidades tradicionais, como os caiçaras e as populações indígenas. Lembrou que existia em Bertioga o Aldeamento de Silveira, cuja área o Zoneamento Ecológico-Econômico diminuiu ainda mais, e isso porque existia um grande empresário interessando nela. Referiu que de outras áreas tanto as comunidades tradicionais como as pessoas que vieram trabalhar na região haviam sido retiradas, como, por exemplo, de uma localizada no Município de Bertioga, e que tudo isso era feito à revelia da legislação, pois nenhum instrumento legal legitimava essas ações. Ao concluir manifestou-se contrário a essa forma de zoneamento que não inclui nem o aspecto social nem o aspecto ambiental. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas que falam em seu próprio nome. Luis Charbel contou uma breve história, que se passou em 1970, quando era estudante de engenharia de pesca no Guarujá. Àquela época, comentou, se preocupava com as questões que ora se discutia, como a gestão da pesca no oceano. Entretanto, observou, como se vivia um regime ditatorial, não havia lugar para a manifestação, pois nem mesmo as universidades públicas podiam manifestar-se. Por esta razão, observou, parabenizava essa iniciativa da Prefeitura do Município do Guarujá, do Governo do Estado de São Paulo, do Governo Federal e de toda a comunidade pesqueira, por sua preocupação com o monitoramento do oceano, com o que naquela época já se preocupava. Carlos Bejóia, membro do Conselho Consultivo da Associação das Empresas de Loteamentos e Desenvolvimento do Governo de São Paulo, ofereceu alguns dados sobre a história do desenvolvimento urbano no Estado de São Paulo, elogiou o zoneamento e fez menção aos seus possíveis desdobramentos. Teceu considerações sobre os diferentes âmbitos da jurisdição conformados pela Federação e pelos Estados, e chamou atenção para a necessidade de que seja respeitada a jurisdição do Município, por que todos que nele vivem dele participam. Chamou atenção também para a necessidade de que um plano dessa envergadura seja desdobrado em programas, os quais, por sua vez, devem desdobrar-se em projetos para as microrregiões, de modo a não se engessar aquelas com vocação própria, isto é, com vocação natural, o que representa um convite para seu parcelamento irregular e, conseqüentemente, para a habitação irregular. Propôs que, em vez disso, se oferecessem oportunidades legítimas para o desenvolvimento econômico sustentável, levando-se em conta, por exemplo, não só o planejamento ecológico e econômico, pois não se pode esquecer o homem, que tem a habitação como uma de suas necessidades mais básicas. Argumentou que, portanto, quando se projetava um desenvolvimento regional da magnitude deste que estava sendo discutido, tinha lugar naturalmente certo descompasso entre o entendimento da esfera federal, que quer desenvolvimento, e o da esfera estadual, que reconhece de perto a importância do setor ecológico. Postulou que se chamasse a atenção, nesse zoneamento, para a parte municipal, que definirá as zonas que são naturais e vocacionadas, de modo a atender naturalmente à expansão tanto da atividade portuária como da retroportuária não poluente e, também, à expansão urbana. Portanto, observou, em seu entendimento, a prefeitura é que tem de examinar esse projeto e levar em conta que constitui uma temeridade tornar congeladas áreas que, sem dúvida, afastam os empreendimentos por força das necessidades humanas, mas que podem vir a ser usadas de forma irregular. Cláudio Eduardo teceu comentários sobre a atividade pesqueira que vem praticando, as quais relatou em todos os seus pormenores, principalmente as mudanças sofridas nos últimos tempos em decorrência da destruição da vida marinha, que vem sendo promovida com o impacto decorrente do funcionamento de alguns empreendimentos. Passou-se à etapa em que se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

manifestam os órgãos públicos. Fabio Eduardo Serrano, vinculado à Prefeitura Municipal do Guarujá da Secretaria de Desenvolvimento, declarou que acompanhou, como representante da Prefeitura do Município de Guarujá, o trabalho realizado, de forma muito democrática e com muita seriedade, pelo Grupo Setorial da Baixada Santista, visando o melhor para toda a região. Lembrou ao representante da Rede Caiçara Eco-Socialista, Condesmar Fernandes de Oliveira, que a questão social também foi um dos aspectos com que essa equipe se preocupou. Comentou que o trabalho se desenvolveu mais aceleradamente nos últimos meses e que parabenizava o grupo coordenador por ter conseguido alcançar os resultados, não só no que se refere ao zoneamento, como também à minuta do decreto, que estabeleceu as características das diversas zonas. Lembrou também que, a partir da divulgação do documento através da internet, diversos setores da sociedade tomaram ciência do conteúdo desse trabalho e, desde então, têm enviado à Prefeitura suas contribuições, mostrando como cada setor pode ser melhorado, e enfatizou que essas possíveis mudanças não invalidam o pensamento geral. Destacou que estava enviando proposta resultante das contribuições formuladas pela Prefeitura Municipal do Guarujá, no sentido de fazer pequenas correções. Reinaldo Redorat, vinculado à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, declarou que ouviu as manifestações da sociedade civil, algumas de apoio ao ZE, outras, contrárias, e, algumas outras, formulando reivindicações, justas ou não, mas, enfim, tratava-se, sem dúvida, de processo bastante democrático e que constituía uma oportunidade para que todos pudessem manifestar-se nesse procedimento elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo, e que, sem dúvida, era um instrumento que pode contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade. Como bem foi destacado, observou, se vivia em um município, mas não no Estado e, também não na União. Lembrou que representava a União do Ministério do Planejamento da Secretaria do Patrimônio da União, que foi citado na audiência, numa reclamação justa, com relação à regularização fundiária da área na qual estava instalada a comunidade aqui referida. Lembrou que a Constituição Federal de 1988 foi chamada de constituição cidadã, e ela estabelece três princípios que tem de ser seguidos. Um deles diz respeito à gestão urbanística e ao planejamento da cidade consubstanciado no Estatuto das Cidades; outro diz respeito à defesa do meio ambiente, para a qual existe vasta legislação, a iniciar pela Lei Estadual 7.661/88, contemporânea da Constituição Federal e já amplamente citada, dado que estabelece o regramento para ocupação da faixa litorânea das águas. Outro princípio é a participação cidadã na gestão das cidades, na gestão dos espaços públicos, e que foi, com base nesse princípio, que o Governo Federal criou o Projeto Orla. Informou que há um ano esteve nesse mesmo auditório para fazer uma apresentação para a sociedade civil desse projeto, oportunidade em que foi realizada uma oficina de sensibilização com vistas à adesão do Município. Informou também que se iniciou, há cerca de um mês e meio, a primeira oficina com duração de cinco dias, ao final dos quais ela foi concluída, e que a segunda oficina, que durou três dias, foi concluída ontem. Lembrou que, na primeira oficina, foi realizado um diagnóstico da situação do Município, tendo-se reunindo, aqui, representantes da União, do Estado e do Município e da sociedade civil organizada, como determina a Constituição Federal. Lembrou ainda que o Projeto Orla não é um programa do atual Governo Federal, mas, sim, do Estado, que se iniciou em 2000, ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e continua sendo implementado pelo atual Governo. Esclareceu que ele funciona como uma campanha de vacinação: acontecerá sempre, tem de acontecer, e aconteceu aqui, no Município de Guarujá, e foi uma pena não ter podido contar com a presença de todas as pessoas presentes nessa audiência. Entretanto, observou, de qualquer forma o trabalho foi concluído e se tornará disponível no endereço eletrônico do Município para receber as contribuições da sociedade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

civil, dos munícipes, do próprio Estado e da União, naquilo que couber o aprimoramento desse instrumento. Tratava-se, portanto, enfatizou, de um documento de gestão patrimonial urbanística, que se dispõe a discutir a ocupação e o uso dos espaços públicos e litorâneos em toda a faixa brasileira, ou seja, em toda costa brasileira. Acrescentou que, presentemente, esse projeto se encontra instalado no Município do Guarujá, o que foi oportuno, pois se pôde tomar conhecimento da conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista. Convidou a todos para participar do Projeto Orla, pois ainda estava em tempo de dele se participar. Reiterou que se tratava de um projeto de gestão do espaço público, no qual todos podem opinar. Informou que, no final de março, os resultados desse trabalho serão apresentados no formato de documento final em uma audiência pública, pra a qual todos estavam convidados. Ingrid Dhuberecks, superintendente do IBAMA na região e ex-conselheira do CONSEMA, declarou que, em primeiro lugar parabenizava todos os presentes pela crença e insistência para construir um país com gestão democrática, com a participação de todos, como acontece nessa audiência. Parabenizou também o Secretário-Executivo do CONSEMA pela sua grande capacidade de mediação, e como representante de um órgão público cuja função é executar a Política Nacional do Meio Ambiente. Lembrou que, depois de concluído esse processo longo de construção do Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, ele será apreciado pelo CONSEMA. Lembrava aos membros desse Colegiado a importância desse processo de planejamento, ainda mais por se tratar de um planejamento para o futuro de uma região e o fato de ele ter sido elaborado de forma a contemplar todos os interesses, forças políticas diversas, o jogo dessas forças, e que era impossível ter um zoneamento que agradasse a todo. Lembrou que, no entanto, era primordial que a análise desse zoneamento, que se baseava em princípios constitucionais, tivesse um princípio norteador, que era sobrepor o interesse público acima dos demais interesses. Argumentou que, só assim, no final se poderia olhar para o cidadão, para a população, e constatar ter sido possível a melhoria da qualidade de vida das comunidades que vivem nesse território. Admoestou o CONSEMA no sentido de que, ao fazer a análise desse projeto, se ater à melhoria da qualidade de vida da população que habita nesse território. Concluiu afirmando que essa era a contribuição que podia oferecer e que parabenizava a todos por essa noite linda dedicada à democracia. Passou-se à etapa em que se manifestam membros do CONSEMA e do COMDEMA. Coronel João Leonardo Nele, membro do COMDEMA do Município do Guarujá, parabenizou a todos que participaram da feitura desse planejamento, no qual há de dez anos se vêm trabalhando. Pontuou que um grande número de pessoas participou de sua construção, embora se trate de um estudo extremamente técnico cuja implementação interferirá, nos próximos dez anos e de forma decisiva, na vida das pessoas da região. Argumentou que, em igual período, alguns municípios triplicaram, quadruplicaram e quintuplicaram seu crescimento, e que se constituiria um risco prorrogar o prazo para implementação desse zoneamento. Lembrou que, por integrar a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, sabia que constituiria um sério risco que as áreas da região continuassem indefinidas e, conseqüentemente, sem mecanismos de proteção, permanecendo vulneráveis a invasões e, conseqüentemente, à degradação, o que levou um terço da população de Guarujá a viver em submoradias. Teceu elogios a essa proposta, em decorrência de sua grande importância para a região, e pelo fato de ter sido aprovada por unanimidade pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Reiterou que não se discutia a edição de um decreto, mas qual será a coloração do mapa, o que mantém correspondência com as zonas criadas, o que, por sua vez, envolve questões que, aparentemente pequenas, são de grande importância, como, por exemplo, o fato de a Z1, que é a da mais alta restrição, abrigar a maior brigada de artilharia anti-aérea do exército brasileiro, que está



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

lá desde a Segunda Guerra Mundial. Ao concluir reivindicou à CPLA, que olhasse com o maior carinho o que está sendo apresentado. Paulo Velzi, representante do COMDEMA de Bertiooga, declarou que, na última Plenária desse Conselho, realizada há quinze dias, foi aprovada por unanimidade a proposta de Gerenciamento Costeiro, que vinha sendo trabalhado desde 1991. Declarou que se enganava quem pensava que os estudos não foram feitos, que os problemas sociais não foram pensados, pois tudo isso foi levado em conta. Enfatizou que este pode não ser o melhor trabalho para todos os municípios, que sobrevivam problemas, no entanto, é o melhor que se pôde fazer. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Bechara Abdala, vinculado à Secretaria de Planeamentos do Município de Santos, declarou que, como havia dito na última audiência pública, teve o privilégio de participar do processo de elaboração e de aprovação da Lei Estadual 10019/98, e que era testemunha de tudo o que foi levado em consideração no processo de elaboração dessa proposta e cujo resultado é o produto apresentado. Lembrou que a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da Baixada Santista, instrumento criado pelas Secretarias de Estado de Meio Ambiente e de Planejamento e Desenvolvimento, contemplou dezesseis municípios do Litoral Paulista e que foi de fundamental importância para que se conseguisse avançar nesse processo. Enfatizou que a legislação ambiental e, em especial, a legislação urbanística nesse país não pode ser feita sem a participação da sociedade civil, ou seja, só pode ser feita com a participação dos conselhos municipais e com a utilização de instrumentos que, como as audiências públicas, garantam, inclusive, a observância dos direitos dos municípios de também legislar sobre o uso e a ocupação do seu solo. Declarou que reiterava o que havia dito em Mongaguá por ocasião da audiência pública, qual seja, que o zoneamento propriamente dito não alterava em absolutamente nada a legislação ambiental em vigor nem tampouco se constituía num instrumento de licenciamento. Enfatizou ser importante observar que a participação de todos foi fundamental para se construir uma legislação mais próxima do indivíduo e, por conseguinte, da realidade, ou seja, uma legislação que leve em consideração as questões sociais, econômicas e ambientais, porque, caso contrário, não teria sentido algum lutar para prevalecer/aprovar um instrumento como esse. Acrescentou que é importante também destacar a participação da sociedade civil no Grupo Setorial. Argumentou que, com certeza, o projeto apresentado não agradava totalmente a nenhum dos segmentos e, talvez, a nenhum dos presentes, mais ele era, sem dúvida, fruto de uma ampla discussão, através da qual se buscou o equilíbrio entre desenvolvimento e proteção ambiental de uma região que possui enormes fragilidades ambientais. Pontuou que há ainda um grande desafio a ser enfrentado, que é o do desenvolvimento sustentado. Lembrou que se tem notícias de experiências malsucedidas de desenvolvimento acontecidas em outras partes do território brasileiro e que não se poderia, de forma absoluta, abandonar essas premissas. Ao concluir afirmou que torcia para que os desdobramentos dessa proposta fossem positivos, e que não frustrassem as expectativas de desenvolvimento. Hélio Lopes do Santos, Secretário de Meio Ambiente do Município do Guarujá, declarou, inicialmente, que, em relação à Praia do Góes citada por um dos manifestantes, efetivamente ela vem sofrendo impactos, pois, como todos sabiam, o processo de desenvolvimento acarreta impactos. Acrescentou que a dragagem é, de fato, necessária. Lembrou que, quando se elabora um EIA/RIMA, ele deve demonstrar os impactos que o empreendimento causará, mas os estudos elaborados sobre o Porto de Santos pela CODESP referiram-se apenas ao monitoramento, e não às consequências da obra, ou seja, aos impactos que ela causaria. Pontuou que comunidade da Praia do Góes vem sofrendo as consequências do aprofundamento do canal em sua entrada, na medida em que essa melhoria tem contribuído para que o canal atraia navios de grande porte, o que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tem mudado a dinâmica das ondas e, por conseguinte, da correnteza, e contribuído para destruição do *pier* dessa praia e, da trilha de acesso existente entre a Praia do Góes e a Praia Santa Cruz dos Navegantes. Essas destruições, por sua vez, contribuíram para que, nessa região, tenha aumentado a prática de atos de violência, o que se tem tentado evitar por meio de um policiamento mais ostensivo. Além disso, a ausência do *pier*, obriga as crianças que vão para a escola a entrarem dentro da água, fato que o levava a perguntar qual o envolvimento da CODESP com a questão social. Referiu que, ao formular tal pergunta a um representante desse órgão numa reunião da qual ambos participavam, foi-lhe dada a resposta de que seriam elaborados estudos para que fossem comprovados cientificamente esses impactos. Declarou, então, que a Prefeitura, através da Secretaria de Meio Ambiente, estava concluindo um laudo técnico, e que, com base nele, entraria com uma Ação Civil Pública contra a CODESP, com o intuito de que sejam solucionados esses problemas. Pontuou que a prefeitura não causara esses problemas, mas, sim, a CODESP. Em relação à proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista que se achava em discussão, declarou que reiterava as palavras do colega da Secretaria de Planejamento do Município e do presidente do CONDEMA, e que, infelizmente, como esteve de férias, não participou da reunião desse Conselho que apreciou a proposta, mas delas tomou conhecimento, principalmente da sugestão de que a região do Cimbe constituísse Z5 terrestre, a qual permitia a implantação fosse realizada em seu interior qualquer atividade, inclusive aquelas de alto impacto ambiental, o que, a seu ver, contrariava o decreto federal, que estabelecia que a União, ao ceder essa área para o Município, exigiu que ali fossem desenvolvidas apenas atividades navais não-poluentes, e, como estas inexistem, a prefeitura propôs fossem realizadas nessa zona apenas atividades navais que promovem pequeno impacto ambiental. Declarou que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente propôs essa alternativa com a finalidade de não engessar aquela área, que de certa maneira já fora degradada. Lembrou que se verificou que o grande impacto que a cidade do Guarujá sofreria seria causado pelo transporte, uma vez que os contêineres transportando cargas pesadas passarão por dentro das zonas residenciais, e que, para impedir que tal fato ocorra, se propôs que toda carga pesada entrasse e saísse da cidade pelo estuário, e que se montasse uma plataforma submarina nessa região, porque, dessa forma, carga pesada poderia vir pelo mar ou por uma perimetral de Santos, atravessar a cidade, evitando assim que a população sofra qualquer impacto. Pontuou que, em relação à falta de estudos técnicos que efetivamente subsidiem essa proposta, o que foi referido pelo presidente do Instituto de Preservação Ambiental – PROAM, declarou que tal situação deve ser revertida. Passou-se à etapa das réplicas. Nerea Massini, Coordenadora de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – CPLA/SMA, agradeceu a presença de cada uma das pessoas que comparecerem em bem como sua permanência na audiência por mais de três horas. Agradeceu também o interesse que demonstraram pelas considerações e manifestações feitas, o que é muito importante para solidificar esse espaço democrático que dá lugar à discussão de instrumentos tão importantes como esse, que é o planejamento da região. Enfatizou que a proposta sofrerá ainda alterações e que o Grupo Setorial de Coordenação cuidadosamente analisará cada uma das contribuições oferecidas. Informou, ainda, que a audiência foi gravada e que todos os documentos encaminhados por escritos serão analisados com cuidado. Informou também que seriam realizadas duas reuniões, oportunidade em que o Grupo Setorial se debruçará sobre as propostas/sugestões, e que a meta desse força tarefa é concluir essa etapa do zoneamento que vem sendo construído ao longo de dez anos. Luis Roberto Camargo Numa de Oliveira, Secretário-Executivo do Grupo Setorial de Coordenação da Baixada Santista, agradeceu todos os elogios que lhe foram dirigidos, e comentou que se sobressaiu por ter exercido sempre a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

função de porta-voz dos resultados do trabalho realizado pelo Grupo Setorial, com o qual vem trabalhando ao longo desse ano. Esclareceu também que aprendeu muito com todos e que, como cidadão e servidor público, se sentia satisfeito com os resultados dessa audiência, e compreendia que, na verdade, as respostas de todas as interrogações estavam presentes nos próprios questionamentos, os quais, sem dúvida alguma, partiram das diferentes perspectivas pessoais, o que mostra, portanto, a multiplicidade de interesses da sociedade da Baixada Santista, com os quais se teve de lidar durante o desenvolvimento desse trabalho. Ressaltou que não há qualquer descuido com a questão ambiental nem com as comunidades e, menos ainda, com a população menos favorecida. Declarou que se sentiu um pouco constrangido de falar na frente do ambientalista Condesmar Fernandes de Oliveira, que participou da construção do embrião dessa lei, uma vez que o zoneamento é, na verdade, o ponto de partida da política pública chamada gerenciamento costeiro. É nele, argumentou, que são propostas zonas, metas, diretrizes de uso e suas restrições e balizamentos. Reiterou ser a partir do zoneamento que se desencadeia a aplicação de outros instrumentos que darão vida a esse mapa e a esse decreto. Declarou que, por último, enfatizava se tratar de um trabalho bastante completo e complexo e que, na verdade exige uma apresentação detalhada. Colocou-se e a sua equipe à disposição das entidades e das pessoas que tenham alguma dúvida e que desejarem ainda esclarecer alguma questão ou algum aspecto e nos teremos o maior prazer em tentar esclarecer. Foi dada a palavra ao membro do CONSEMA Carlos Alberto Malu Sanseverino, que declarou que falava na condição de representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Seção São Paulo. Depois de cumprimentar a todos, lembrou que, em épocas anteriores, quando mudava o Governo do Estado de São Paulo, mais de 50% dos funcionários da CETESB também mudavam, uma vez que o Governo era político, ficando os funcionários ao sabor dos recém-eleitos que assumiam o poder, o que era uma vergonha. Pontuou que, inobstante seja elogiável a proposta de zoneamento que ora se discute, não se poderia esquecer que os zoneamentos ecológicos-econômicos tinham também uma função social. Chamou atenção para a informação que acabara de ser fornecida pelo conselheiro Coronel João Leonardo Nele de que um terço da população da cidade do Guarujá vive em submoradia. Afirmou que, através de pesquisa, obteve também a informação de que a cidade de Guarujá ostenta o maior índice de violência do Estado, alto índice de criminalidade e que apenas 51% de suas residências dispõem de esgotamento sanitário. Chamou atenção igualmente para a necessidade de se tornar compatível o Zoneamento Ecológico-Econômico com o Plano Diretor do Município, sem o que, no futuro, esse zoneamento, assim como o mosaico de unidades de conservação que se pretende criar, será “judicializado”. Enfatizou que, no Estado de São Paulo, precisamente na CETESB, funciona um dos sistemas de licenciamento mais complicados e mais burocráticos do mundo, porque, em poucos países, se fazem necessárias três licenças, além de exigências para apresentação de complexos estudos, com avaliação de impacto ambiental, estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Argumentou que esse volume de exigência acaba promovendo incongruências, como, por exemplo, que na Agência Ambiental de Santos, órgão que representa a CETESB nessa região, mais de 80% do seu movimento se voltam para os condomínios de alto padrão, o que constitui uma excrescência, um absurdo. Pontuou não ser possível que os fiscais dessa agência ambiental estejam só fiscalizando condomínios de alto padrão, deixando-se os mangues ao sabor das invasões por pessoas que não possuem nem CPF nem RG e vivem numa condição que lhes permite continuar invadindo. Pontuou que basta olhar o que acontece na Serra do Guararu, onde a cada dia surge nova construção irregular, nova igreja, nova loja de material de construção civil, novo restaurante que vende bebida alcoólica em estrada etc. Enfatizou que a proposta da OAB é que tanto a CETESB



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

como IBAMA criem setores com funcionários especializados em porto, em condomínio, em urbanismo, pois não é possível que o mesmo técnico seja polivalente e cuide de tudo o tempo todo. Declarou que a OAB lamenta que se continue a acreditar na máxima segundo a qual alguns advogados gostam dessa situação de caos, pois empresário atemorizado e ministério público feroz têm como contrapartida advogado feliz. Argumentou que existeno Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mais de 18 mil processos só para serem distribuídos. Questionou quando se passaria a exigir dos órgãos que licenciam a criação de comissão mista de fiscalização, com a finalidade de se evitar a “judicialização”. Propôs que, em vez de se discutir, se contribuísse cada vez mais seja para o zoneamento seja para a fiscalização das ruas das nossas cidades e dos nossos bairros, pois, afinal de contas, se não for assim, por mais democracia que se tenha, ela não será inteligente o suficiente para impedir o avanço da judicialização, quer seja por ações propostas pelo PROAM quer seja por outras entidades ambientalistas, e essa estratégia não traz boas conseqüências para o meio ambiente, que tem o ser humano como seu último destinatário. Declarou que esta é a hora de se otimizar o sistema e que solicitava a cada um daqueles que fizeram sugestões que acompanhassem seu andamento. Argumentou que não adiantava o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Bruno Covas, pregar a restauração da mata atlântica e nunca falar de prevenção. Questionou se sempre se fará necessário que um advogado erga um busto ao promotor desconhecido, pela grande quantidade de demanda jurídica que ele, promotor desconhecido, cria e, desse modo, gera trabalho para os advogados. Reiterou que, em vez de se “judicializar”, de deveria questionar, discutir com a sociedade e estabelecer formas de compromisso com o empreendedor para que dê algum retorno à sociedade com, por exemplo, a melhoria das cidades, dos bairros, dos portos etc. Informou que a OAB recebe, em média, mais de cinquenta denúncias por mês, que são encaminhadas diretamente às suas duzentas e vinte e três subseções no Estado de São Paulo. Clamou todos a continuar abertos, na condição de representantes da sociedade civil. O Secretário-Executivo declarou terem sido cumpridas todas as etapas da audiência e que toda pessoa interessada em aprimorar o projeto tinha o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data da realização da última audiência, que acontecerá no próximo 17 de novembro, para encaminhar sua contribuição para a caixa postal lroliveira@sp.gov.br, a qual será analisada e juntada ao processo. Agradeceu a participação de todos os que compareceram e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Rosana Maria Henrique, bióloga alocada no Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.